



para todas as crianças

2021

Relatório Anual de Actividades e Contas



4	Mensagem do Conselho de Administração
6	Mensagem da Directora Executiva
7	Agradecimentos
9	A UNICEF e o seu trabalho pelas crianças
11	2021 - Proteger os Direitos das Crianças em tempos de crise
13	A UNICEF em Portugal
14	Governo Interno

15	Para todas as crianças em Portugal
18	Não deixar ninguém para trás - crianças em situação de pobreza
21	Protecção das crianças - casamento infantil
22	Construir comunidades amigas de todas as crianças
30	Acolher e integrar - crianças migrantes e refugiadas
33	Educar pelos Direitos da Criança
35	A iniciativa Hospitais Amigos dos Bebés
36	Para todas as crianças, mais alcance

41	Recolha de fundos
43	Donativos regulares
43	Donativos pontuais
44	Presentes para a Vida
45	Heranças e Legados
46	As empresas
47	Os nossos parceiros
49	Cartões de Natal
50	Joga pelas Crianças a favor da UNICEF

51	Outros factos relevantes
52	Orgãos sociais
53	Pessoas & Talento
54	Novas instalações
55	Estudo Universidade Nova de Lisboa/ <i>Community of European Management Schools</i>

56 Resumo de Gestão

58 Dados financeiros (resumo)

59	Repartição de custos
60	Fundos enviados para a UNICEF

62 Anexos

63	Órgãos Sociais Comité Português para a UNICEF
64	Organigrama
65	Funções por Direcção



para todas as crianças

Mensagem do Conselho de Administração

É consensual a conclusão que, no ano de 2021, a pandemia de COVID-19 consolidou um abrandamento geral na tendência de implantação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, a meio do prazo definido para a sua concretização.

A UNICEF afirma que esta situação provocou a maior perturbação no progresso para as crianças em todo o mundo na história recente: o maior aumento da pobreza extrema desde que existem registos gerais e sistemáticos desta, com implicações catastróficas na fome infantil; a suspensão de campanhas de imunização de crianças contra doenças preveníveis, fazendo recuar as taxas de cobertura aproximadamente 20 anos; e um encerramento sem precedentes de escolas em todo o mundo, resultando em mais de mil milhões de crianças retidas em casa, com profundas consequências para a sua aprendizagem e desenvolvimento.

A diminuição do tempo de permanência destes efeitos terá certamente velocidades diferentes nas várias regiões do mundo e nos vários países, sendo mais lenta nos países em desenvolvimento, prejudicando aí, mais fortemente, o progresso que tem sido conseguido nas duas últimas décadas no domínio dos direitos e do bem-estar das crianças e colocando os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável fora tempo de realização programada.

O cenário que nos apresenta o ano de 2021 gera naturalmente instabilidade no mundo e é adicionalmente fonte de preocupação pelas crises que podem gerar nos domínios político, económico e social.

Neste quadro, e tendo em conta os enormes desafios globais causados pelo segundo ano da pandemia, pelos efeitos das alterações climáticas e o agravamento dos níveis de pobreza, o ano de 2021 foi um ano de afirmação inequívoca da UNICEF no quadro da cooperação multilateral e da acção humanitária sem precedentes.

Igualmente positivo tem de ser considerado o desempenho da UNICEF Portugal no ano de 2021. Disso se dá conta detalhadamente neste Relatório. Manteve-se o nível da participação dos doadores, conseguiu-se o cumprimento do Plano de Actividades e a superaram-se os objectivos do Orçamento para 2021, como é evidenciado, em particular, na maior contribuição de fundos de sempre para a UNICEF, em valor absoluto, ultrapassando o limiar canónico dos 75% dos montantes angariados. Uma palavra de reconhecimento aos nossos doadores em Portugal, pela forma inequívoca como se associaram à UNICEF e assim permitiram a realização da nossa missão em Portugal e no Mundo.

Mensagem do Conselho de Administração

Estes resultados só foram possíveis pela forma empenhada como todos os que trabalham no Comité souberam gerir as suas actividades, a maior parte delas pelo recurso ao teletrabalho. É, pois, incontornável deixar aqui manifesto um agradecimento a todos e, em especial, a Beatriz Imperatori, Diretora Executiva.

Igualmente, é devida uma manifestação de apreço ao staff da UNICEF, que desde Nova Iorque, Genebra e os quatro cantos do mundo está sempre disponível, e a todos os nossos parceiros, cuja colaboração foi decisiva para um bom desenvolvimento das nossas actividades.

O ano de 2021 é também um ano assinalável na vida da UNICEF Portugal: o acto eleitoral para os seus órgãos sociais. No quadro da sua saudável renovação, cessaram funções Jack Rebelo, vogal do Conselho Fiscal e anterior Vogal do Conselho de Administração, José Manuel de Moraes de Santos Pais, vogal do Conselho de Administração e Virgínia Brás Gomes, Presidente do Conselho de Administração. Embora a eles se faça referência adiante neste Relatório, é dever do Conselho de Administração, testemunhar, aqui, reiteradamente, o avultado e decisivo contributo que estes Associados deram à nossa causa e cujo legado que este Conselho de Administração tem a responsabilidade de fazer frutificar.

Entrámos em 2022 com algum optimismo, na esperança que alguns dos obstáculos à concretização das metas da UNICEF associados à COVID-19 desaparecessem ou comesçassem a ser atenuados. No entanto, a situação internacional causada pelo conflito militar na Ucrânia vem dar um impulso extraordinário à incerteza que envolve a vida individual e colectiva correlacionada com os já visíveis nos efeitos económico-sociais negativos.

Pela nossa parte, com o necessário e basilar interesse dos nossos Associados, e a manutenção da demonstrada disponibilidade dos nossos doadores, focando-nos nas tarefas que temos pela frente, animados pela valia dos princípios que fundam a UNICEF, esperamos atingir os propósitos formulados para 2022.

P'IO Conselho de Administração

Amadeu Ferreira Paiva
Presidente do Conselho de Administração
Comité Português para a UNICEF

Mensagem da Directora Executiva

2021 foi o segundo ano da pandemia COVID-19, um segundo ano de incerteza. A vacinação generalizada em Portugal com uma taxa de cobertura das mais altas no mundo fez a diferença na gravidade da doença e nas medidas de contenção da mesma. Ainda assim o trabalho remoto e a “escola remota” marcaram mais um ano, em que a resiliência de todos, a capacidade de adaptação a este contexto com a necessidade de responder à exigência do trabalho diário, e a acrescida necessidade de compensar o ano anterior pelos projectos parados e iniciativas não começadas foram a nota dominante.

Por estas razões um reconhecimento e um muito obrigada ao trabalho de excelência realizado por toda a equipa e pelo apoio inequívoco dos nossos órgãos sociais.

Graças a este trabalho de qualidade atingimos uma taxa de contribuição de 78% para os programas da UNICEF fora de Portugal. Este acréscimo de 3pp resulta do reconhecimento de todos os Portugueses pelo trabalho realizado pela UNICEF e dos ganhos de eficiência obtidos, graças a uma equipa com mais pessoas e com novas competências. A diferenciação e especialização em áreas como análise de dados, integração de sistemas e gestão de pessoas foram as nossas principais apostas.

Com 22% financiamos a actividade crescente que desenvolvemos em Portugal com Escolas, Cidades Amigas, Governo e a formação dirigida a profissionais do

sistema de acolhimento e protecção, reforçando a sua capacidade de resposta em Portugal a crianças e jovens vindos dos campos de refugiados da Grécia, um novo desafio pelos números e complexidade destes processos.

Destaco de 2021 a iniciativa “Tenho Voto na Matéria” que teve uma adesão sem precedentes e que permitiu um diálogo directo entre as crianças e jovens e os governos dos municípios em que vivem sobre o que verdadeiramente as preocupa. A saúde mental, a discriminação, a internet e as redes sociais foram apontados como as três principais preocupações das crianças e dos jovens. Também preocupante para todos, e enquanto sociedade, é o facto de 80% das crianças e dos jovens em Portugal considerar que nunca, ou raramente, a sua opinião é tida em conta sobre os assuntos que lhes dizem respeito.

Uma sociedade democrática é uma sociedade participada por todos os que a compõe. Todas as pessoas. Uma criança é uma pessoa que vive hoje, sujeito de direitos próprios e por isso com voz. Reduzir a democracia à capacidade de voto, é reduzir a democracia a um momento. Uma sociedade democrática, é uma democracia participada por todos, incluindo as pessoas que ainda não têm 18 anos: as crianças e jovens.

Beatriz Imperatori
Directora Executiva

Agradecimentos

Ao Grupo Consultivo de Crianças e Jovens da UNICEF Portugal: Adriana, Cristiana, Elias, Érica, Guilherme, Iara, Inês, João, Lara, Manuel, Marta, Obay, Qusay, Raissa, Rodrigo, Sofia e Soraia, entre outros.

Às organizações, e aos seus profissionais, que colaboraram na iniciativa «Tenho Voto na Matéria»: Associação Protetora da Criança, Associação O Meu Lugar no Mundo, Centro Social Paroquial S. Maximiliano Kolbe, CERCICA, ComParte – Fundação Maria Rosa, Lar de Nossa Senhora do Livramento, MEERU Abrir Caminho, Projeto Agitana-te E8G (Programa Escolhas), Rede Ex Aequo e SOLAMI – Associação de Solidariedade e Amizade de Casal de Cambra, entre outras. À Véronique Lerch, consultora internacional em direitos humanos, que colaborou na concepção e implementação da iniciativa.

À Universidade Católica Portuguesa, com quem temos um amplo protocolo de colaboração, na pessoa do Prof. Ricardo Reis, Director do CESOP, que tornou possível o sucesso do “Tenho Voto na Matéria”.

À GUEL, à iBrothers, ao André Mattosinho e à Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (ATILGP).

À rede de municípios do Programa Cidades Amigas das Crianças: Município de Braga, Município de Cascais, Município da Chamusca, Município

de Fafe, Município de Fornos de Algodres, Município do Funchal, Município do Fundão, Município de Guimarães, Município de Lisboa, Município de Madalena do Pico, Município de Ovar, Município de Penafiel, Município de Pombal, Município de Ponte de Sor, Município do Porto, Município de Póvoa de Lanhoso, Município de Santa Maria da Feira, Município de Seia, Município de Tondela, Município de Torres Novas, Município de Vila Nova de Poiares e Município de Vila Verde.

À Logframe - Consultoria e Formação, Lda., um importante parceiro, ao longo do ano, no âmbito dos programas da UNICEF Portugal.

Ao Canal Panda pela longa parceria na defesa e promoção dos direitos de todas as crianças.

À FAConsulting (Francisco Almeida) pela inesgotável disponibilidade, que mais uma vez foi fundamental neste ano de adaptação às instalações da nova sede.

À Santos Lima & Covacich Segura Sociedade de Advogados, pelo acompanhamento constante em todas as actividades a que nos propomos, e mais uma vez à Abreu Advogados pelo apoio jurídico garantido a todos aqueles que consideram a UNICEF nos seus legados.

Agradecimentos

À **RCF, Protecting Innovation, SA**, que pelo quarto ano consecutivo nos apoia na proteção da marca UNICEF, zelando pelo bom uso do seu nome e dos programas desenvolvidos pelo Comité Português para a UNICEF, que são de facto um dos nossos activos mais valiosos.

Às **nossas empresas parceiras** por assumirem um compromisso explícito com as crianças, independentemente de quem são, onde moram ou do seu estatuto socioeconómico. Por serem protagonistas na defesa e promoção dos direitos das crianças e por criarem condições duradouras para o seu desenvolvimento.

A todos os embaixadores e staff da iniciativa “Joga Pelas Crianças a favor da UNICEF” por apoiarem a UNICEF na angariação de fundos para o seu trabalho diário no terreno, onde acompanha crianças e jovens para garantir que os seus direitos são concretizados.

E o **obrigado mais especial aos nossos Associados, Amigos, Doadores e Voluntários:** são eles o alicerce de todo o nosso trabalho. Obrigado por se juntarem à UNICEF para deixar a sua marca no mundo. Obrigado por decidirem ficar. É pela sua generosidade e compromisso que podemos garantir que milhões de crianças em todo o mundo têm uma oportunidade justa na vida.

A todos eles, em nome de todas as crianças, muito obrigado.



A UNICEF e o seu trabalho pelas crianças

A 11 de Dezembro de 1946, um ano depois do fim da II Guerra Mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas, confrontada com a realidade de milhões de crianças deixadas em situação de profunda necessidade e sofrimento na Europa, cria o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – com o objectivo de responder à situação de emergência em que se encontravam estas crianças.

De acordo com o espírito das Nações Unidas, a UNICEF prestaria ajuda sem discriminação de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra. A única condição colocada por Maurice Pate, o primeiro Director Executivo da organização, foi que se incluíssem “todas as crianças” dos países aliados e “ex-inimigos”.

A UNICEF é uma organização apartidária e a sua cooperação não discrimina. Em tudo o que faz, as crianças mais desfavorecidas e os países com mais necessidades têm prioridade.

A UNICEF é actualmente a agência humanitária que trabalha especificamente para a promoção e defesa dos direitos das crianças, presente em países devastados pelos conflitos e nas comunidades mais remotas, trabalhando para que todas as crianças tenham o direito à sobrevivência, educação, cuidados de saúde, nutrição adequada, acesso a água e protecção.

A UNICEF e o seu trabalho pelas crianças



A UNICEF visa, através dos seus programas, promover a igualdade de de todas as crianças, e em especial das raparigas e mulheres, e apoiar a sua plena participação no desenvolvimento político, social e económico nas comunidades onde estão inseridas.

A 20 de Novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas adopta a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em 21 de Setembro de 1990 pelo Estado Português. Desta forma os direitos da criança ficam salvaguardados naquele que é o tratado mais amplamente ratificado da história e que rege todo o trabalho da UNICEF.

Em 2015, com a adopção da Agenda 2030 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável pela Assembleia Geral das Nações Unidas, os Estados comprometeram-se a erradicar a pobreza e a assegurar o desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global até 2030. A UNICEF, consciente dos desafios actuais, está empenhada em contribuir para a concretização das metas acordadas em prol de todas as crianças e das gerações futuras, em colaboração com os vários actores e parceiros.

A maior parte do trabalho da UNICEF desenvolve-se através dos seus escritórios no terreno que, em parceria com os Governos, concretizam a missão da UNICEF através dos programas de desenvolvimento para as crianças e suas famílias e dos programas de assistência em situações de emergência. programas de assistência em situações de emergência. papel na defesa e garantia dos direitos das crianças afectadas por esta situação nova para todos nós, em especial das mais vulneráveis.

A UNICEF depende inteiramente de contribuições voluntárias para a realização do seu trabalho em prol de todas as crianças.

2021 – Proteger os Direitos das Crianças em tempos de crise global

Em 2021, a UNICEF trabalhou incansavelmente com os seus parceiros para proteger os direitos das crianças face ao impacto crescente da COVID-19 e às ameaças directamente com ela relacionadas, assim como aos efeitos dos conflitos armados e das alterações climáticas.

Os efeitos da pandemia na situação das crianças - em grande parte consequência dos esforços para gerir a pandemia – são claros. Um aumento recorde na pobreza infantil deixou um número adicional de 100 milhões de crianças com privações em áreas críticas para o seu crescimento pleno. Os recuos no progresso da imunização de rotina aumentaram. Disrupções sem precedentes na educação contribuíram para o aumento das desigualdades na aprendizagem. E o isolamento e a incerteza fizeram-se sentir no impacto sobre saúde mental das crianças, exacerbando uma crise de longa data. A pandemia trouxe a certeza do agravamento de desigualdades pré-existentes, e que em 2020-2021 aumentariam: apenas 1 em cada 6 pessoas que vivem nos países de baixos rendimentos seriam vacinados com pelo menos uma dose, em comparação com 3 em 4 pessoas dos países de alto rendimento.



2021 - proteger os direitos das crianças em tempos de crise global

A UNICEF, contribuiu simultaneamente para o reforço dos sistemas nacionais de protecção para chegar às crianças e comunidades mais marginalizadas e excluídas e para fomentar a preparação e a resiliência para o futuro – que nesta altura se afigurava incerto e pouco definido. Este trabalho foi possível graças a parcerias públicas, privadas e da sociedade civil robustas, incluindo entre todo o sistema das Nações Unidas, e ao financiamento obtido para o trabalho da ONU em geral e da UNICEF em particular.

Entre as principais concretizações da UNICEF para as crianças e jovens em 2021 destacam-se:

- O papel como entidade coordenadora de aprovisionamento para a resposta COVAX. A UNICEF liderou a aquisição e entrega de vacinas COVID-19; nesse ano, a COVAX entregou 958 milhões de doses (incluindo doses doadas) a 144 países.
- A resposta para a prevenção da subnutrição aguda grave e outras formas de subnutrição, chegando a quase 336 milhões de crianças, mais 38 por cento do que em 2020; alcançando 154 milhões de crianças com rastreios vitais de subnutrição grave através de abordagens simplificadas a nível comunitário, apesar das perturbações de serviço relacionadas com a pandemia, e tratámos quase 5,5 milhões de crianças.
- A contribuição para que cerca de 48,6 milhões de crianças fora da escola, tivessem acesso à educação, incluindo 6,4 milhões de crianças em movimento e 31,7 milhões de crianças que viviam em contextos de crise humanitária.
- A realização de intervenções de prevenção e serviços essenciais em parceria com o UNFPA a 7,6 milhões de raparigas adolescentes em risco de casamento infantil, em comparação com 2,1 milhões em 2017.
- A expansão do acesso a água segura para 69,9 milhões de pessoas, e ao saneamento básico para 59,6 milhões de pessoas.
- A defesa da libertação de crianças detidas, conduzindo a importantes avanços políticos. Desde o início da pandemia, mais de 45.000 crianças em 84 países foram libertadas.
- A influência para a implementação de medidas políticas positivas em 92% dos países onde trabalha, advogando o acesso universal às vacinas, educação, saúde mental, água, ambiente seguro, nutrição e protecção infantil em situações humanitárias.
- A resposta a 483 novas crises humanitárias em 153 países.

A UNICEF em Portugal

Fundado a 17 de Abril de 1979, o Comité Português para a UNICEF – UNICEF Portugal – é uma organização não-governamental com o Estatuto de Associação de Utilidade Pública. Faz parte da rede de 33 Comités Nacionais para a UNICEF – parceiros indispensáveis para a realização da missão da organização no mundo – estabelecidos em países nos quais trabalha mediante acordos de cooperação.

O nosso principal objectivo é conseguir mudanças reais e sustentáveis na vida das crianças, apoiando a intervenção da UNICEF no terreno, mediante a angariação de fundos junto do sector privado, e o trabalho de sensibilização dos responsáveis políticos e governos para que coloquem as crianças no centro das suas agendas.

Contribuir para os programas de desenvolvimento e para a resposta humanitária da UNICEF em situações de emergência, que nos últimos anos se têm multiplicado de forma alarmante com custos imensos em termos de vidas humanas e de sofrimento, mas também de recursos, é uma prioridade. Em Portugal, a UNICEF colabora com várias instituições públicas e privadas, no sentido de assegurar o respeito e promoção dos direitos de todas as crianças.

Mas se a recolha de fundos é uma componente central da nossa actividade, a defesa dos direitos das crianças que vivem no nosso país, em especial das mais vulneráveis, é cada vez mais importante. Nesse sentido, o nosso trabalho de Advocacy, a defesa, promoção e sensibilização para o respeito pelos Direitos das



para todas as crianças

Crianças, desenvolve-se em várias frentes. Trabalhamos com diversos parceiros, governamentais e da sociedade civil, com deputados, professores e educadores e com crianças e jovens, em programas de educação e promoção de uma cidadania activa em que a sua participação efectiva é um elemento fundamental. As iniciativas da UNICEF “Cidades Amigas das Crianças”, “Iniciativa Amiga dos Bebés” e “Educação pelos Direitos”, a par da importante tarefa de angariar fundos para financiar os programas para o desenvolvimento e a acção humanitária a nível global e toda a nossa actividade em Portugal, constituem a base do nosso trabalho diário.

Governo Interno

1. Órgãos Sociais eleitos em 12 de Julho de 2021

Mandato 2021/2023

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: José Luís Monteiro Pereira Seixas (3º mandato)

Vice-Presidente: Helena Rebelo de Andrade (3º mandato)

Secretário: Luís Miguel Guerreiro Félix António (1º mandato)

Conselho de Administração

Presidente: Amadeu Ferreira de Paiva (2º mandato)

Vice-Presidente: Marta Maria de Moraes dos Santos Pais (1º mandato)

Tesoureiro: João Viegas Vilhete d'Abreu (2º mandato)

Secretária: Maria Joana de Oliveira Monteiro Ferreira Malaquias (1º mandato)

Vogal: Sandra Sofia Lopes da Silva Oliveira Branco (2º mandato)

Vogal: Maria Raquel Vargas Tavares Gonçalves Agostinho (2º mandato)

Vogal: João Pedro Cabral Tavares (1º mandato, renuncia com efeito a 8 de Abril de 2022)

Vogal: Catarina Martins de Almeida Lopes (1º mandato)

Conselho Fiscal

Presidente: Isabel Alexandra Mendes Alves Baltazar Lourenço Ortigão Bentes (2º mandato)

Vogal: Adélia Rodrigues Madaleno Ribeiro (2º mandato)

Vogal: Diogo Silva Lopes Pereira (1º mandato)

2. Comitês Especializados do Conselho de Administração

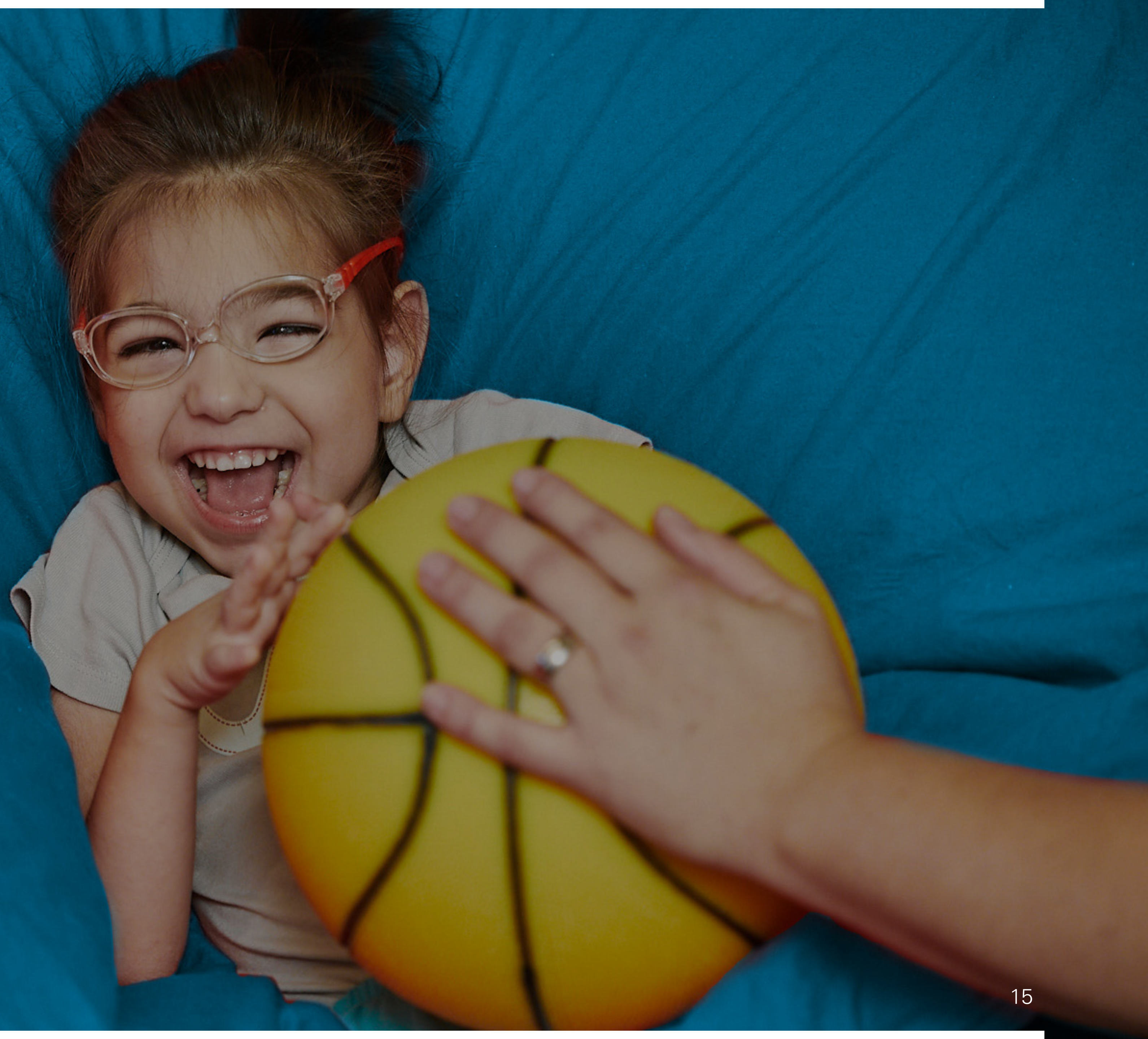
Bom Governo, Direitos das Crianças e Recolha de Fundos & Parcerias.

3. Directora Executiva: Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori

4. Auditores: BDO & Associados, SROC, Lda.

5. A Directora Executiva, Beatriz Imperatori, faz parte do Standing Group dos Comitês Nacionais, tendo sido eleita para o biénio de 2020/21. O Standing Group é o órgão de representação dos 33 Comitês Nacionais na UNICEF. Os mandatos são de dois anos, podendo existir uma reeleição. É composto por 8 Directores Executivos de Comitês Nacionais, 2 Presidentes de Comitês Nacionais na qualidade de observadores e o Director da Divisão do PFP – Private Fundraising and Partnerships da UNICEF, por inerência de função.

Para todas as crianças em Portugal



Para todas as crianças em Portugal

Em 2021, a UNICEF Portugal acompanhou a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal, analisando de forma independente e rigorosa um conjunto de políticas e medidas nas áreas da protecção, pobreza infantil, educação e integração de refugiados, entre outras.

Com o objectivo de gerar compromissos políticos com vista à aplicação efectiva e plena dos direitos da Criança, a UNICEF Portugal elaborou pareceres e documentos técnicos e organizou momentos de capacitação e formação para profissionais que trabalham para ou com crianças. A UNICEF colaborou também com parceiros – escolas e outras instituições – para as crianças conhecerem os seus direitos e darem a sua opinião e partilharem as suas ideias.

A comunicação e as acções de **Advocacy** tornaram-se ainda mais importantes num ano marcado pela pandemia e pela necessidade de proteger as crianças em que os canais digitais desempenharam um papel fundamental na garantia dos seus direitos.

O trabalho contínuo e de parceria, por vezes não visível, estreitou-se e permitiu reforçar colaborações e resultados para as crianças. A colaboração com entidades públicas e não governamentais foi crucial para levar a cabo a missão da UNICEF de apoiar e melhorar a vida das crianças e jovens, com compromisso, dedicação, respeito e integridade.



Principais resultados

187 000+

peessoas

apoiaram a causa da UNICEF, através dos canais digitais, campanhas, eventos ou acções para a defesa dos direitos da criança

Cerca de

10 000

crianças

expressaram a sua opinião sobre as suas comunidades numa consulta pública nacional, sem precedentes

21 909

crianças e jovens

participaram em acções ou iniciativas de educação pelos direitos da criança, relacionadas com o direito a participar, direito à educação e com a acção climática

3

momentos

para as crianças e os jovens partilharem as suas opiniões com decisores políticos:

- Consulta no âmbito do Plano de Recuperação das Aprendizagens, no qual participaram 596 crianças e jovens entre os 3 e os 20 anos;
- Conferência de imprensa para crianças e jovens sobre a COVID-19, tendo sido recebidas 256 perguntas de crianças e jovens;
- Auscultação de crianças e jovens para o Plano de Acção da Garantia para a Infância.

530

educadores ou professores

participaram em acções de formação e capacitação em Direitos da Criança promovidas no âmbito do Programa Escolas pelos Direitos

11

municípios

mantiveram o reconhecimento de Cidade Amiga das Crianças

22

municípios

portugueses integraram a Comunidade de Prática do Programa Cidades Amigas das Crianças, promovendo a troca de conhecimentos, experiências e sinergias

Não deixar ninguém para trás – crianças em situação de pobreza

Parecer à Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

Em 2020, as crianças e jovens permaneciam como o grupo etário com maior incidência da pobreza.

A UNICEF Portugal, em conjunto com oito organizações da sociedade civil – Aldeias de Crianças SOS, Associação Nacional de Intervenção Precoce (ANIP), CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais, Conselho Português para os Refugiados (CPR), EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza, FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, Fundação CEBI e Instituto de Apoio à Criança (IAC) – tomaram a iniciativa de elaborar um Parecer à versão preliminar da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, submetida a consulta pública, em outubro de 2021.

Para as crianças, viver numa situação de pobreza não se reduz a uma questão de privação material ou de escassez de rendimentos; pode significar falta de oportunidades e de expectativas, falta de tempo e cuidados parentais, ou dificuldades no acesso a recursos culturais e educativos, a infraestruturas e serviços de qualidade, a uma habitação digna, a serviços de proximidade ou recursos da comunidade.



Não deixar ninguém para trás - crianças em situação de pobreza

Parecer à Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

Reconhecendo a natureza multidimensional da pobreza infantil e o risco do seu carácter persistente com efeitos duradouros no desenvolvimento da criança e do jovem, as organizações consideravam essencial promover uma estratégia de combate à pobreza fundada nos direitos humanos, através da adopção de medidas destinadas a garantir a realização de direitos fundamentais, incluindo o direito à alimentação, saúde, educação, a uma habitação digna e participação social e política. As organizações entendiam que o documento em análise carecia, em muitos casos, de identificação clara de metas, recursos necessários para a sua implementação e de uma calendarização detalhada, bem como de um sistema de monitorização de progressos e avaliação de resultados. A definição de objectivos claros e a identificação das condições para a operacionalização da Estratégia, incluindo o envolvimento de todas as partes interessadas (a vários níveis), o estabelecimento de metas concretizáveis e reais e respectiva monitorização e avaliação de progressos, deveriam ser aprofundados e objecto de análise e debate futuros.

O diploma que foi aprovado, em dezembro, após a Consulta Pública, a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021](#), de 29 de dezembro, passou a reflectir esta abordagem, assumindo-se uma perspectiva de direitos humanos sobre o fenómeno da pobreza e reconhecendo-se a sua natureza multidimensional. Verificou-se que existiu uma preocupação em, na versão final da Estratégia Nacional, se ter avançado com uma definição de pobreza enquanto estado



de privação de bem-estar, e não apenas centrado em carências materiais. Ademais, foram instituídos Planos de Acção, com procedimentos para a monitorização e avaliação da sua execução, dotados de orçamentação específica, bem como são estabelecidos indicadores e metas gerais a que Estratégia deverá responder em 2030.

Não deixar ninguém para trás -
crianças em situação de pobreza

Garantia para a Infância – conversas com famílias e crianças sobre a pobreza infantil

No quadro comunitário, o Plano de Acção sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a criação da Garantia Europeia para a Infância, dois instrumentos aprovados durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, reforçam a ambição e compromisso do Governo para com a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades, em especial nas crianças; o acesso à habitação, em particular para famílias que vivem em condições habitacionais indignas; e a promoção do sucesso, inclusão e qualidade de educação para todos.

Em estreita colaboração com a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância, e com o objectivo de permitir a participação de crianças e jovens na identificação de necessidades para apoiar o desenvolvimento de medidas para o plano de acção da “Garantia”, a UNICEF organizou um processo participado de reflexão com crianças e jovens, tendo sido o mesmo e os seus resultados partilhados com a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância.

Durante a sessão foram identificadas as principais dificuldades deste grupo de crianças e dos seus pares, nomeadamente no acesso a serviços básicos (como habitação digna, alimentação adequada, educação de qualidade, saúde, entre outros) e que respostas consideram mais urgentes.



De forma a reforçar este exercício foram recolhidos contributos de famílias com crianças em situação de maior vulnerabilidade, para conhecer a sua perspectiva de necessidades e qual o seu entendimento para o desenvolvimento de medidas adequadas às suas necessidades.

Proteção das crianças – casamento infantil

Os dados relativos aos matrimónios entre 2016 e 2018, indicam que cerca de 130 crianças casam antes dos 18 anos, por ano, em Portugal (Ministério da Justiça, 2019).

A sociedade civil tem um papel importante na concepção e implementação de iniciativas nacionais em prol dos direitos humanos, como reconhecido com a criação do Grupo de Trabalho para a Prevenção e Combate aos Casamentos Infantis, Precoces e Forçados.

Nesse âmbito, a UNICEF Portugal participou no Grupo de Trabalho e reforçou nos vários momentos de discussão e fóruns a importância de implementar intervenções que se centrem em cinco áreas: 1) empoderamento das raparigas e aquisição de competências para a vida; 2) comunicação para a mudança social e de comportamento; 3) serviços de prevenção e protecção, 4) enquadramentos legais e políticos e 5) dados e evidências.

A UNICEF Portugal considera que a prevenção e o combate aos casamentos infantis devem ser uma prioridade nacional e apelou à Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade que um conjunto de medidas possa ser adoptado, complementando alterações legais com programas de âmbito nacional:

1. Adoptar as medidas legislativas necessárias para que nenhuma criança possa contrair casamento, estabelecendo como idade mínima os 18 anos, em qualquer caso;
2. Assegurar que são tomadas todas as medidas para que as entidades competentes tenham informação e conhecimento para aplicar as mudanças legislativas, a fim de estas se tornarem efectivas;
3. Integrar o compromisso de combater o casamento infantil em estratégias e planos nacionais, no sentido de assegurar a sustentabilidade das medidas e o investimento necessário
4. Criação de um grupo interministerial, de carácter transitório e temporalmente limitado, responsável por realizar um diagnóstico do problema e adopção de um plano nacional multisectorial.

A UNICEF Portugal continuará a acompanhar as políticas do Governo português, no sentido de se assumir um compromisso inequívoco para combater o casamento infantil em Portugal, adoptando programas e medidas integradas e multisectoriais.

Construir comunidades amigas de todas as crianças

A aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança, como referência normativa obrigatória e instrumento para a adopção de políticas que promovam os direitos da criança, implica o envolvimento dos municípios, que representam o nível que detém maior impacto sobre a vida das crianças.

Através do Programa Cidades Amigas das Crianças, a UNICEF Portugal promove a construção de comunidades que defendem e promovem os direitos de todas as crianças, produzindo resultados concretos e positivos nas suas vidas.

O Programa tem evoluído ao longo do tempo, sustentado por um conjunto de lições aprendidas em virtude da colaboração com uma rede alargada de municípios, bem como a partir dos resultados de diferentes processos de avaliação nacionais e internacionais.

O contacto com os municípios tem vindo a ser consolidado, passando, essencialmente, pela construção de um estreito processo de colaboração estabelecido com cada município, bem como pela apropriação do próprio Programa por parte dos municípios e das suas equipas (a sua missão, os seus objectivos, as suas implicações, o seu compromisso). A adesão à rede do Programa Cidades Amigas das Crianças tem potenciado a ligação e a partilha entre os municípios que fazem parte do Programa a nível nacional e internacional, organizações portuguesas e de outros países.

Em 2021, a UNICEF Portugal e os municípios realizaram um conjunto de iniciativas em prol dos direitos da criança, a nível local, a saber:





Construir comunidades amigas de todas as crianças

6

encontros

(num total de 16 horas) de formação e capacitação da rede de municípios do Programa Cidades Amigas das Crianças, dedicados aos temas da protecção, participação, planeamento e avaliação, envolvendo um total de 3 113 participantes de 51 municípios

17

documentos técnicos produzidos

- 13 Documentos de acompanhamento;
- 1 Documento da formação sobre protecção;
- 1 Documento do encontro com o especialista em direitos da criança, Marcio Gagliato;
- 2 Guias no âmbito da consulta “Tenho Voto na Matéria”;

2

momentos

de troca de conhecimentos, experiências e sinergias entre municípios

14

grupos de discussão

- 8 Sessões para o estudo da UNICEF desenvolvido a nível global sobre participação da criança a nível local “Effective, representative, and inclusive child participation: Practical guidance for setting up and strengthening child and youth councils” (três sessões com crianças e jovens e cinco sessões com técnicos dos municípios), que incluiu experiências de dois municípios da rede – o Município de Cascais com a experiência de participação das crianças e dos jovens no âmbito do “Orçamento Participativo Jovem” e do projecto “Voz dos Jovens” e o Municípios de Guimarães com a experiência de participação das crianças e dos jovens no contexto do “Conselho Municipal da Juventude de Guimarães”;
- 6 Sessões para a consulta pública “Tenho Voto na Matéria” (quatro sessões com crianças e jovens e duas sessões com técnicos dos municípios).

Construir comunidades amigas de todas as crianças

Tenho Voto na Matéria

O processo de participação das crianças, como pilar fundamental de realização de direitos, tem uma relação directa com a capacidade de participação das crianças e jovens na sociedade onde se inserem. Ora o processo democrático e neste caso o momento concreto do processo de eleições deve também ele ser espelho desta capacidade de participação e afirmação das crianças e jovens. A participação democrática não deve ser reduzida à capacidade de voto. É fundamental reconhecer o momento de reflexão e debate, que antecede qualquer eleição livre e esclarecida, como um espaço aberto a toda a sociedade, a todas as pessoas, qualquer que seja a sua idade, criando os mecanismos apropriados para que participação democrática seja uma realidade para todos.

Cada eleição representa uma oportunidade para que os governos, centrais ou locais, se comprometam com os direitos das crianças, tornando-os -com base num processo participado- o centro das decisões e acções que lhes são dirigidas,

Assim para as eleições autárquicas de 2021, a UNICEF Portugal realizou a iniciativa “Tenho Voto na Matéria”, um processo de consulta nacional com o objectivo de criar oportunidades para as crianças darem as suas opiniões sobre as suas comunidades, incentivando os municípios a assumirem um compromisso em torno da adopção de políticas que respondam às questões e necessidades identificadas durante o processo de participação.



Construir comunidades amigas de todas as crianças

Tenho voto na matéria

No sentido de apoiar a definição de um processo de consulta efectivo e adequado às necessidades e ideias das crianças, foi criado um grupo heterógeno de crianças: o Grupo Consultivo de Crianças e Jovens. Respeitando o princípio da pluralidade, da inclusão e da diversidade, o grupo foi constituído por 18 membros de contextos e histórias de vida diferentes – desde crianças em acolhimento institucional, a viver em contextos de vulnerabilidade económica e social, de etnia cigana, com deficiência ou crianças refugiadas. Tal permitiu um debate e uma partilha de ideias profundos e variados sobre a sociedade e a comunidade, o papel de cada um nestes contextos e o que pode ser melhorado.

De uma forma sem precedentes, cerca de 10 000 crianças e jovens de norte a sul do país disseram o que os preocupava.

[Os resultados da consulta pública «Tenho Voto na Matéria»](#) foram analisados em parceria com o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, no âmbito do protocolo de colaboração entre as duas instituições.

Os resultados demonstram que apesar das crianças e dos jovens não votarem, querem participar e têm algo a contribuir para o desenvolvimento das suas comunidades.

80% das crianças e dos jovens em Portugal considera que nunca, ou raramente, a sua opinião é tida em conta sobre os assuntos que lhes dizem respeito. A saúde mental, a discriminação, a internet e as redes sociais são as três principais preocupações das crianças e dos jovens.

Sabemos que a pandemia causada pela COVID-19 está a ter um impacto muito significativo na saúde mental e no bem-estar das crianças e dos jovens. A perturbação das rotinas, da educação, do lazer, assim como a preocupação com o rendimento da família e a saúde, está a deixar muitas crianças e jovens com medo, revoltados e preocupados com o seu futuro.

Todas as crianças têm direito a crescer sem discriminação. As crianças e os jovens têm o poder de quebrar cadeias e ciclos de ódio e discriminação e têm falado, de forma clara e consistente, pelo fim da discriminação, do racismo, da intolerância e das desigualdades.

Estar ligado à internet e usar redes sociais e smartphones é agora parte da vida das crianças e dos jovens. A maioria deles tem experiências positivas online, mas há muitos riscos envolvidos associados ao seu uso excessivo ou não seguro. Os dados desta consulta reforçam as preocupações relativamente a estas três áreas.

Construir comunidades amigas de todas as crianças

Tenho voto na matéria

Os resultados da consulta interpelam os decisores políticos a dar-lhes significado em cada território. Importa aprofundar localmente o que significam estes números e estas preocupações nos espaços que as crianças habitam – por que sentem que a sua opinião não é tida em consideração e o que poderia ser feito para serem mais envolvidos. As crianças querem ser ouvidas e participar nas decisões sobre os assuntos que as preocupam.

O desafio lançado aos municípios é o de se reinventarem na forma de ouvirem a integrarem a perspectiva da criança, assegurando que são ouvidas no processo de tomada de decisão das políticas que afectam as suas vidas.

A iniciativa foi financiada pelo Programa de Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia (2014-2020), no âmbito do projecto conjunto de sete Comitês Nacionais da UNICEF (Alemanha, Áustria, França, Irlanda, Islândia, Países Baixos e Portugal), intitulado “*Children as Champions of Change – Ensuring Children’s Rights and Meaningful Participation*”.

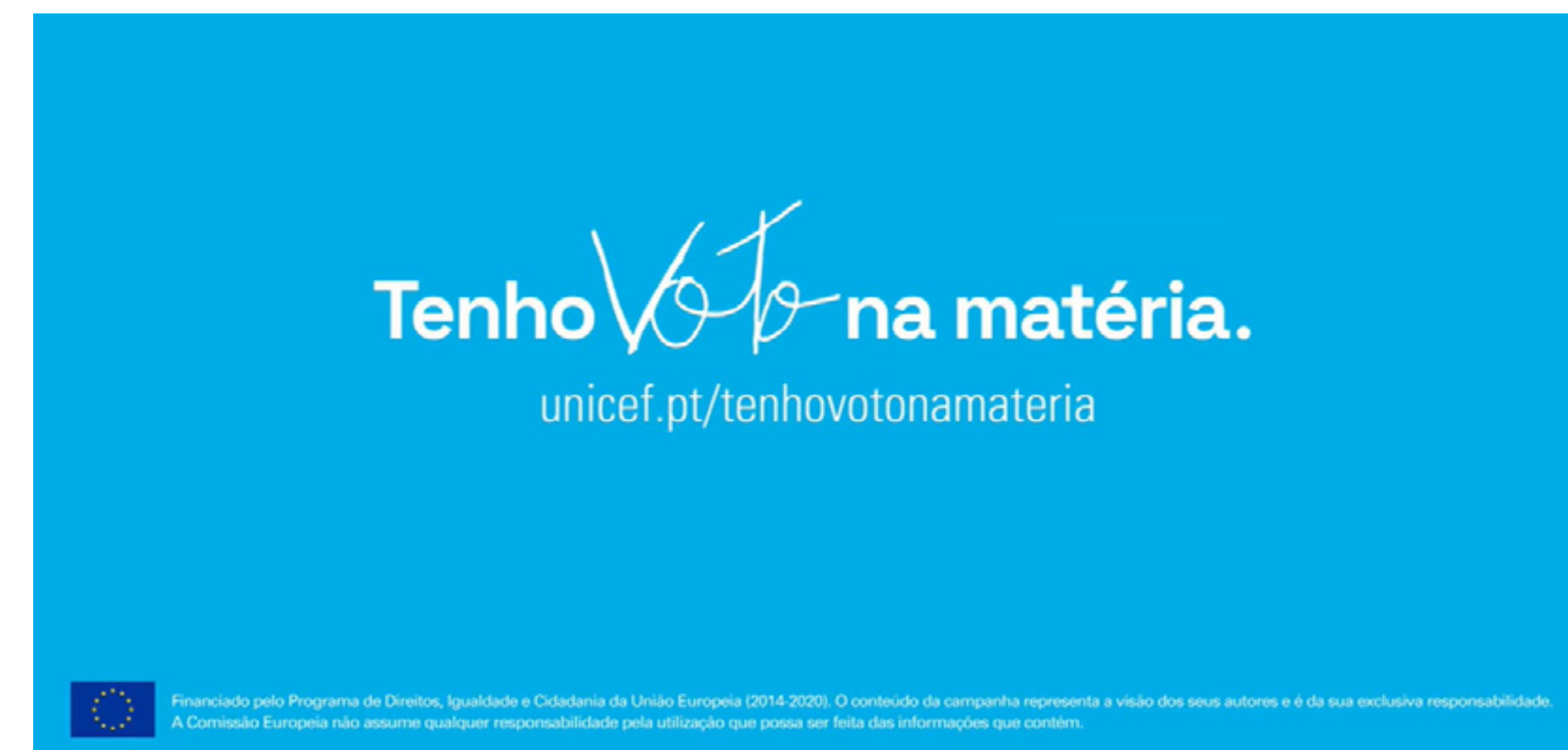


Construir comunidades amigas de todas as crianças

Dia Internacional dos Direitos da Criança

No dia 20 de novembro de 2021, o dia que assinala um momento histórico para as crianças de todo o mundo com a adopção da Convenção sobre os Direitos da Criança, a UNICEF Portugal no seguimento da iniciativa “Tenho Voto na Matéria”, reafirmou a importância da participação das crianças e dos jovens para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida nas nossas sociedades dependerá da forma como integramos e ouvimos todas as pessoas, começando pelas crianças e os jovens.

Para assinalar este momento, no dia 19 de novembro, na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, o Grupo Consultivo apresentou e debateu os principais resultados da consulta nacional resultante do “Tenho Voto na Matéria” com os autarcas dos três municípios que tiveram maior expressão na consulta – Cascais, Guimarães e Lisboa, num diálogo moderado pelo Prof. Doutor Ricardo Reis da Universidade Católica Portuguesa. Para ver o resumo do encontro, [clique aqui](#).



Construir comunidades amigas de todas as crianças

Dia Internacional dos Direitos da Criança

Reflexões de crianças, jovens e adultos que colaboraram na iniciativa “Tenho Voto na Matéria”:

“

Não se pode continuar a dizer e a fazer as coisas porque as crianças são o futuro - elas têm direitos hoje e a sua opinião tem que ser respeitada.

Adelina Pinto, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

“

Acredito piamente que vocês elaboram este tipo de projectos com o simples objectivo de criar oportunidades aos jovens e empoderá-los naquilo que pode ser a sua participação na vida das suas comunidades e consequentemente na sua própria vida e por isso nos entregamos ao projecto e a todos os desafios que vem de vós. Somos muito gratos por poder proporcionar estas experiências aos jovens e continuar a confiar em nós e a promover oportunidades de participação e crescimento para os nossos jovens. Mais do que o dia de hoje, sou-vos eternamente grata pelo processo, por todo o caminho que foi preciso eles fazerem para chegar ao dia de hoje, e que na minha opinião foi verdadeiramente enriquecedor.

Adulto de referência de duas crianças do Grupo Consultivo de crianças e jovens

“

Acho que este projecto é basicamente sobre isso, que é darem ouvido às nossas opiniões.

Membro do Grupo Consultivo de crianças e jovens

“

Queremos agradecer novamente à UNICEF o cuidado em constituir um grupo de crianças e jovens que englobasse todos os elementos da nossa sociedade. Foi um prazer colaborar e sobretudo observar o enorme impacto que esta iniciativa teve na [criança]. A autoconfiança que ganhou está a ser muito útil para a fase de formação prática em contexto de trabalho (estágio em empresa).

Membro do Grupo Consultivo de crianças e jovens

Construir comunidades amigas de todas as crianças

Dia Internacional dos Direitos da Criança

Aproveitando as comemorações desta data tão especial, a UNICEF Portugal desafiou também a Rede do Programa Cidades Amigas das Crianças e outros municípios a marcarem e reforçarem o seu compromisso para com as crianças e jovens e com o pilar fundamental da realização da Convenção sobre os Direitos da Criança que é a “Participação”, através da criação de oportunidades de debate e partilha com as crianças localmente, no quadro da iniciativa “Tenho Voto na Matéria”. Para apoiar a realização destas actividades, a UNICEF Portugal disponibilizou um [Guia para municípios](#), com um conjunto de iniciativas adaptáveis em função dos contextos, necessidades e aspirações locais.

O percurso que muitos municípios têm vindo a trilhar, nas últimas décadas, é de reconhecimento e valorização dos direitos da criança.

Num tempo marcado por incertezas, aumento das desigualdades e dos desafios à concretização dos direitos da criança, agravados pela pandemia, esta iniciativa mostra que participar numa sociedade democrática implica construir colectivamente soluções. É desta forma que podemos e queremos continuar a conviver, a pensar e a construir, para todos, comunidades justas e territórios sustentáveis.



Acolher e integrar – crianças migrantes e refugiadas

Em julho de 2021, a UNICEF Portugal assinou um Protocolo de Colaboração com o Alto Comissariado para as Migrações para aprofundar a colaboração as entidades. As acções previstas no Plano de Acção ACM-UNICEF para 2021 visavam a capacitação de profissionais envolvidos na acção directa com crianças e jovens estrangeiros não acompanhados acolhidos em Portugal, quer em contexto escolar, quer nas Casas de Acolhimento Especializado (CAE) ou outras respostas de acolhimento. Durante o ano de 2021, estima-se que Portugal tenha acolhido 199 crianças e jovens estrangeiros não acompanhados ao abrigo do Programa de Recolocação.

Capacitação de profissionais das Casas de Acolhimento Especializado e outras respostas de acolhimento

Com vista à discussão e aprofundamento de práticas assentes na abordagem comunitária em Saúde Mental e Apoio Psicossocial com os técnicos, a UNICEF Portugal participou nas seguintes acções de formação:

- Formação inicial à CAE O Farol – Fundação O Século – dia 7 de julho 2021;
- Formação às equipas da resposta subsequente de autonomia supervisionada – 12 de outubro 2021.



As intervenções da UNICEF Portugal centraram-se, em particular, em temas relacionados com os direitos da criança e o direito à participação, saúde mental, apoio psicossocial de base comunitária e a importância da interculturalidade na integração comunitária.

Capacitação de professores e outros profissionais de educação que, em contexto escolar, interagem com crianças e jovens estrangeiros não acompanhados

A UNICEF Portugal apresentou, em outubro de 2021, uma proposta para uma acção-piloto de capacitação de profissionais em contexto escolar, ao Grupo de Trabalho de Capacitação de Escolas de Acolhimento de Crianças e Jovens Estrangeiros Não Acompanhados, composto por representantes de cada uma das seguintes entidades: ACM, ANEQ, DGE, DGEstE e UNICEF Portugal.

A proposta de formação tinha por objectivo aprofundar a compreensão de professores e outros profissionais da área de educação sobre as necessidades das crianças e dos jovens estrangeiros não acompanhados acolhidos em Portugal, reconhecendo e valorizando intervenções e práticas educativas promotoras de direitos humanos, da interculturalidade e da diversidade.

Na Covilhã, participaram 11 profissionais, nomeadamente, elementos da direcção da escola, a coordenadora dos Directores de Turma e Directores de Turma, docentes de Português de Língua Não Materna (PLNM) e de Educação Especial, bem como a psicóloga da escola. Em Alcobaça, estiveram presentes 12 profissionais, designadamente, docentes de Português e de PLNM, de Matemática, História, Educação Física, Educação Especial, Informática, as psicólogas da escola e, ainda, a docente nomeada como tutora dos jovens não acompanhados inscritos no AE.

Ambas as formações foram leccionadas pelo consultor internacional da UNICEF, especialista em saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias complexas, Marcio Gagliato. Tiveram por base uma abordagem participada e interactiva, que estimulou a partilha entre os participantes, das suas experiências, dúvidas, dificuldades e lições aprendidas, assim como dos recursos e ferramentas que têm desenvolvido na sua prática para um melhor acolhimento e integração das crianças e jovens não acompanhados.

Acolher e integrar – crianças migrantes e refugiadas

Capacitação de professores e outros profissionais de educação
que, em contexto escolar, interagem com crianças e jovens
estrangeiros não acompanhados

No final de cada formação, os participantes tiveram oportunidade de apreciar a experiência, validando-a, na generalidade, como “muito positiva” para a sua prática, mediante o preenchimento de um questionário. Nas palavras dos próprios, assinalaram como aspectos positivos:

- “Além da transmissão de informação, foi muito enriquecedor a troca de opiniões e experiências dos formandos”;
- “Partilha de experiências, orientações sugeridas, informação fornecida”;
- “Do formador e da forma como foi organizada”;
- “Do trabalho em equipa, de saber um pouco mais sobre alguns conceitos, da forma como decorreram as próprias sessões”.

No processo de acolhimento importa assegurar que são criados ambientes seguros e protectores. Após todas as experiências potencialmente difíceis que as crianças e os jovens tiveram, quando chegam ao país de acolhimento precisam de

proteção e de se sentir seguras, com adultos de confiança. Os profissionais são um factor chave na intervenção com crianças não acompanhadas e nesse sentido, a capacitação de todos os actores envolvidos é de particular relevância, levando a resultados mais positivos no interesse superior da criança.

Acredita-se que a intervenção comunitária e a capacitação de todos os actores, de forma integrada e coordenada, pode promover o bem-estar das crianças e dos jovens, reduzir e prevenir danos, aumentar a resiliência e qualificar o cuidado que permitirá às crianças e aos jovens crescerem e desenvolverem-se plenamente. O ACM e a UNICEF Portugal entendem a relevância de dar continuidade à capacitação de profissionais que, quer em contexto escolar, quer nas CAE e noutras respostas de acolhimento, no próximo ano.

Educar pelos direitos da criança

O Programa de Educação pelos Direitos

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança prevê que todas as crianças têm o direito à educação. A educação deve permitir que a criança desenvolva seu potencial e aprenda a respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, num espírito de compreensão, paz, tolerância e igualdade.

A Educação pelos Direitos da Criança, assenta nos princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, e visa reforçar a participação da criança, a tomada de decisão informada e a cidadania activa e democrática, e o respeito pelos direitos humanos.

Uma Escola pelos Direitos da Criança é um lugar seguro e inspirador para aprender, onde as crianças são respeitadas e os seus talentos e as suas aptidões são promovidos. Este programa tem por objectivo que as crianças conheçam os direitos humanos e desenvolvam competências para promover e defender os seus e os direitos dos outros. As crianças e os alunos devem ser capazes de desenvolver o seu espírito crítico e participar activamente na construção de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável, envolvendo-se em projectos escolares de cidadania activa e plena.



Em 2021, a UNICEF Portugal colaborou com 22 escolas, abrangendo 4 195 crianças, para dar a conhecer a Convenção sobre os Direitos da Criança e aprofundar a criação de ambientes escolares que respeitam e promovem os direitos da criança, através de reuniões de acompanhamento regulares e momentos de capacitação a docentes e não docentes.

22
escolas

4 195
crianças

A Maior Lição do Mundo

A Maior Lição do Mundo, é uma iniciativa da UNICEF Portugal em parceria com o Ministério da Educação que visa contribuir para a reflexão e acção no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) envolvendo todas as crianças e jovens e promovendo uma cidadania global activa e uma maior consciencialização do papel de cada um na construção de um mundo mais seguro, mais saudável e mais sustentável. Desde 2015, a UNICEF Portugal e a Direcção-Geral da Educação juntam esforços para promover esta iniciativa no nosso país. Assim, lançam a cada ano lectivo um novo desafio a todas as escolas para desenvolverem trabalhos a respeito dos ODS.

Nesta sexta edição de A Maior Lição do Mundo, foram disponibilizados recursos que apoiam a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, com os objectivos de que as crianças e os jovens: compreendam as alterações climáticas locais e globais e a forma como estas se relacionam com os seus contextos de vida; explorem a forma como os recursos naturais são usados e o que pode ser feito para a sua preservação; compreendam a diferença entre acção individual e acção colectiva, bem como os papéis que cada um pode desempenhar para resposta conjunta à crise climática; reflectam, enquanto membros da geração jovem, sobre como podem efectivar o direito a ter opinião fundamentada sobre a crise climática e como podem fazer parte da resolução da mesma.

Os 12 trabalhos seleccionados pela UNICEF Portugal e pela Direcção-Geral da Educação, e que envolveram 462 crianças, ilustram iniciativas desenvolvidas



por escolas – crianças, jovens, educadores, professores e restante comunidade educativa –, durante o ano lectivo de 2020/2021, em torno das alterações climáticas.

A 17 de dezembro, 2021, a UNICEF em colaboração com a DGE promoveu o arranque da 7.ª edição da iniciativa para o ano lectivo 2021/2022, sendo este ano dedicada ao tema da acção climática. Mais uma vez “A Maior Lição do Mundo” pretende desafiar as comunidades educativas a criarem oportunidades para as crianças compreenderem as alterações climáticas e explorarem o papel que podem ter na resposta conjunta à crise climática actual.

Este lançamento contou com a participação do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, e da Diretora Executiva da UNICEF Portugal, Beatriz Imperatori, numa sessão que teve lugar na sede do Agrupamento de Escolas Arga e Lima, em Viana do Castelo.

Durante esta “lição”, crianças e alunos participaram numa conversa com o Ministro da Educação sobre o tema das alterações climática e os projectos que têm desenvolvido na defesa e preservação da natureza. A Diretora Executiva da UNICEF Portugal, Beatriz Imperatori, alertou que “A crise climática é uma crise de direitos das crianças e as suas vozes – das crianças e dos jovens – devem ser ouvidas e levadas em conta para acelerar o combate contra esta crise global”.

A iniciativa Hospitais Amigos dos Bebés

A iniciativa Hospitais Amigos dos Bebés tem como objectivo proporcionar o melhor começo de vida para todas as crianças, e reconhecer os benefícios da amamentação. Ter o melhor começo de vida possível significa assegurar aos bebés e às mães cuidados de saúde, nutrição, protecção e estímulos de que as crianças precisam para se desenvolverem.

Integrada na UNICEF Portugal, a Comissão Nacional Iniciativa Amiga dos Bebés (CNIAB) é composta por profissionais de saúde e tem como missão divulgar

a Iniciativa Hospitais Amigos dos Bebés, capacitar as entidades aderentes e monitorizar a aplicação das orientações OMS/UNICEF. Em 2021, a actividade da CNIAB esteve suspensa devido ao contexto pandémico. Não foram realizadas as avaliações periódicas aos 15 Hospitais Amigos dos Bebés e dois ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde) anteriormente certificados e foram adiadas as novas certificações.



Para todas as crianças, mais alcance

Cobertura na comunicação social

Trabalhar e promover a presença regular da UNICEF nos meios de comunicação social portugueses é uma actividade importante, no sentido possibilita alcançar um elevado e heterogéneo número de pessoas com mensagens importantes relativas à defesa e promoção dos Direitos da Criança, principalmente das mais vulneráveis e marginalizadas, quer no nosso território nacional quer no Mundo.

À semelhança do que tem vindo a acontecer em anos anteriores, em 2021 mantivemos uma presença assídua nos meios de comunicação social nacionais, contabilizando-se um total de 5011 notícias sobre a UNICEF, que tiveram por base o envio de comunicados de imprensa e como entrevistas. Como resultado do trabalho realizado a UNICEF Portugal foi reconhecida como uma entidade de referência para os assuntos relacionados com as crianças, reflectida na tendência crescente do número de notícias em que é referida de ano para ano.

Das peças de actualidade produzidas pela comunicação social em Portugal sobre a UNICEF resultou um *Advertising Value Equivalency* (AAV) de 70 651 503€.



Para todas as crianças, mais alcance

Cobertura na comunicação social

Seguindo a tendência de anos anteriores, mais de metade (cerca de 56%) das notícias foram publicadas em plataformas digitais, 29% em órgãos de comunicação social impressos, seguindo-se as peças televisivas (11%) e as radiofónicas (6%).

Número de Notícias

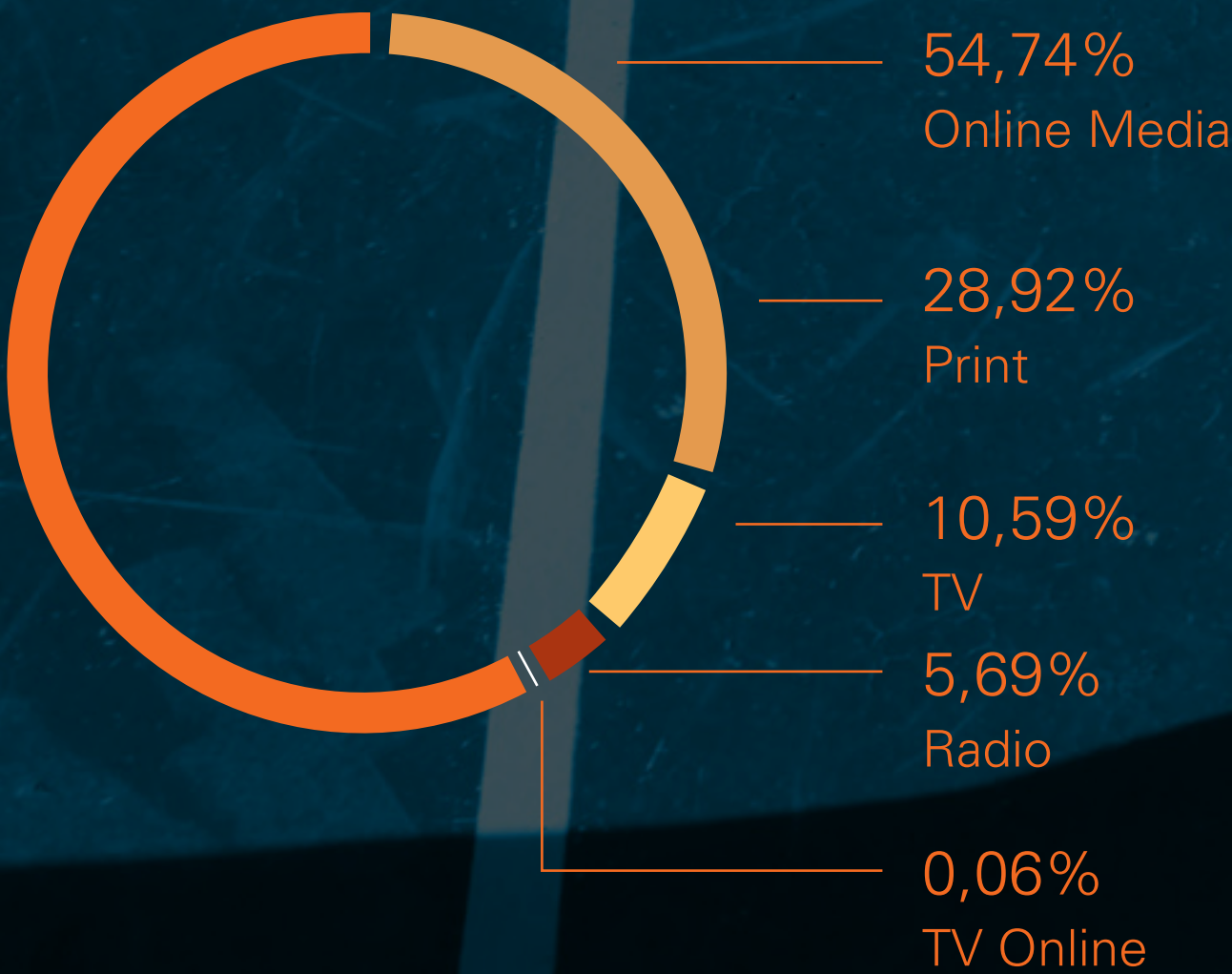
2020	4 130
2021	5 011

+22%

AAV

2020	37 562 666€
2021	70 651 503€

88%



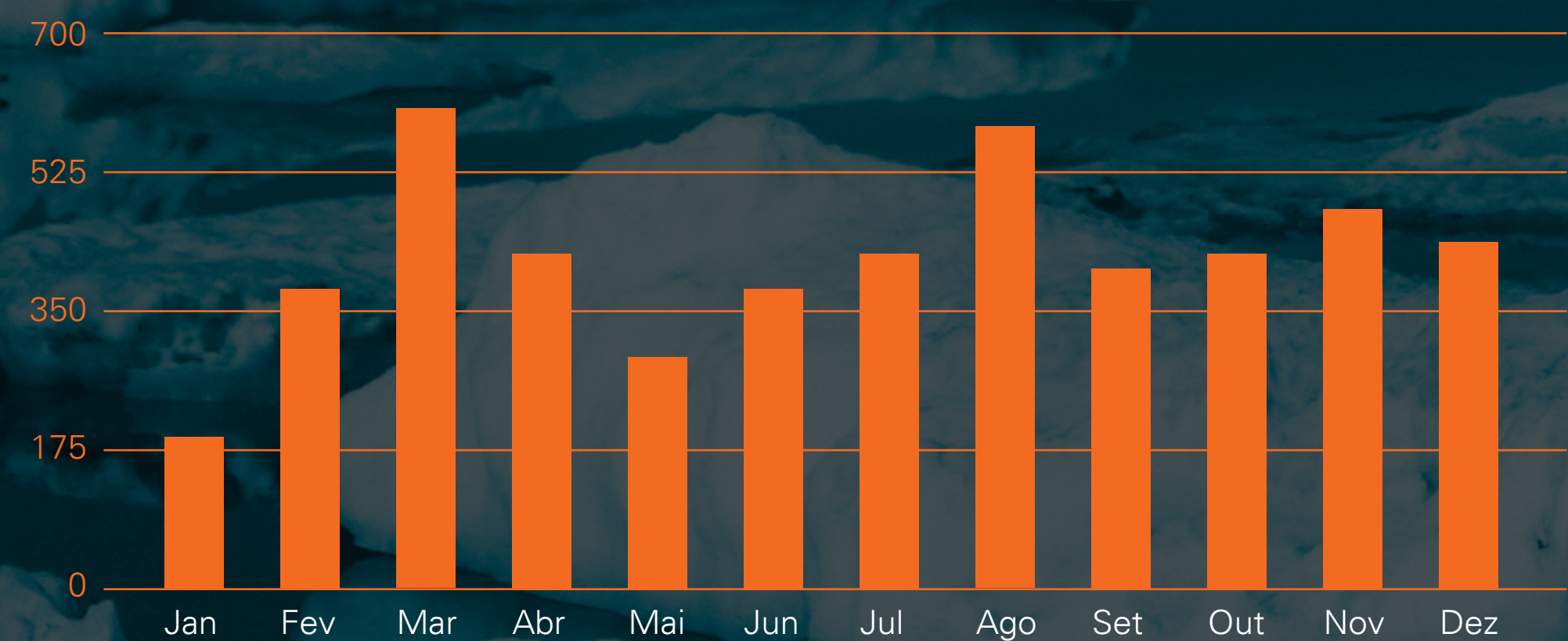
Distribuição das notícias sobre o trabalho da UNICEF por tipo de meio de comunicação social.
Fonte: Cision



Para todas as crianças, mais alcance

Cobertura da comunicação social

Fazendo uma análise à distribuição mensal de notícias em 2021, houve um aumento significativo da cobertura noticiosa sobre a organização ao longo dos meses, com destaque para Março (principais temas: Cabo Delgado, COVID-19/COVAX, Birmânia), Agosto (Afeganistão) e Novembro (relatório internacional HIV/SIDA; Relatório interagências sobre nutrição; Iniciativa #TenhoVotoNaMatéria).



N.º de notícias sobre o trabalho da UNICEF por mês nos meios de comunicação social portugueses
Fonte: Cision



Para todas as crianças,
mais alcance

Redes Sociais

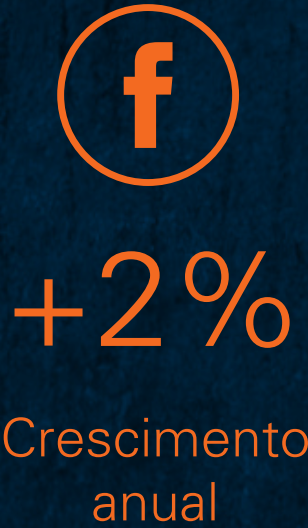
A presença da UNICEF Portugal nas redes sociais - Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn e YouTube - comunica a nossa missão e promove o envolvimento com as pessoas que visitam cada plataforma. As redes sociais @UNICEF_Portugal são fundamentais para a nossa comunicação e uma das melhores formas de implementar campanhas para a manutenção da relação com doadores actuais.

Os principais temas abordados nas redes sociais foram os Apelos e as Emergências – nomeadamente pedidos de donativos para o Afeganistão, o Haiti, a Índia, Moçambique e para necessidades relacionadas com a nutrição, a imunização e o frio do Inverno, que colocou milhares de refugiados e migrantes em risco -, a pandemia de COVID-19, os Presentes Para a Vida, as formas de protegermos as crianças, o nosso papel na Nutrição de crianças do mundo inteiro e no seu acesso a Água, Saneamento e Higiene (WASH na sigla inglesa).

O ano de 2021 foi de crescimento em quase todas as plataformas:

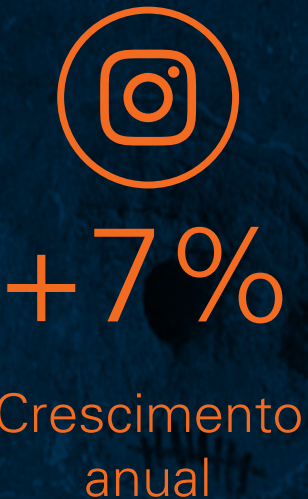
Seguidores Facebook

31 de Dezembro de 2020	178 057
31 de Dezembro de 2021	180 920



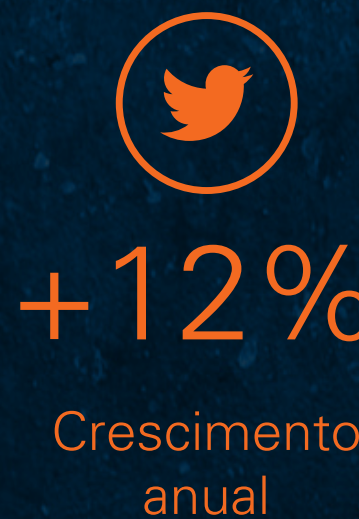
Seguidores Instagram

31 de Dezembro de 2020	51 164
31 de Dezembro de 2021	54 672



Seguidores Twitter

31 de Dezembro de 2020	2 322
31 de Dezembro de 2021	2 595



Seguidores LinkedIn

31 de Dezembro de 2021	11 701
------------------------	--------



Youtube

Os vídeos da UNICEF Portugal somaram já um total superior a 1 milhão de visualizações.



Para todas as crianças,
mais alcance

Página Web

Durante 2021, o site da UNICEF - www.unicef.pt - continuou a cumprir um dos seus principais objectivos: ser um espaço de informação credível e onde comunicamos as principais notícias e acções relacionadas com as crianças mais vulneráveis do mundo inteiro.

Relativamente aos utilizadores únicos no site, em 2021 houve um aumento superior a 25%. Os visitantes tiveram particular interesse no projecto “Tenho Voto na Matéria”, mas a principal procura relaciona-se com as formas de ajudar.



Recolha de fundos



Recolha de fundos

A actividade de recolha de fundos realizada em países como Portugal é fundamental para o trabalho da UNICEF em todo o mundo. Em 2021, foram realizadas diversas acções com o intuito de recolher fundos e os doadores, particulares e empresas, responderam com ainda maior generosidade, tendo os fundos angariados crescido mais de 17% em relação ao ano de 2020.



- 60%
Donativos Regulares
- 38%
Donativos Pontuais
- 2%
Empresas
- 0%
Legados e Heranças



Donativos regulares

Estes doadores são os “Amigos da UNICEF” e garantem, com o seu compromisso regular, todos os programas de médio e longo prazo que são implementados, nas áreas da sobrevivência e desenvolvimento na primeira infância (como a vacinação, nutrição, acesso a água potável e saneamento), educação e protecção infantil, em mais de 190 países e territórios.

Donativos pontuais

Os donativos pontuais são uma fonte importante da receita angariada em Portugal em 2021. São a resposta a apelos que fazemos sobre necessidades específicas da UNICEF no terreno, algumas são situações de emergência.



Presentes Para a Vida

Outra forma de apoio ao trabalho realizado em todo o mundo pela UNICEF é feito pelos doadores que compram Presentes para a Vida. Estes simbolizam produtos de assistência humanitária essenciais ao trabalho no terreno e que podem ser adquiridos através do site presentesparaavida.unicef.pt. Nesta página online estão alimentos terapêuticos, vacinas, pastilhas para tornar a água potável, entre outros produtos essenciais que diariamente são necessários. Adquiri-los para a UNICEF é simples e para o doador é uma forma de comprar presentes que salvam vidas, oferecendo-os.



Heranças e Legados

Algumas pessoas querem deixar a sua pegada no mundo e, por isso, aderem ao programa de heranças e legados da UNICEF. São pessoas generosas, que decidem doar parte dos seus bens, sejam financeiros, móveis ou imóveis, às crianças mais desprotegidas do mundo. Esta é também uma fonte de receita para os programas que a UNICEF desenvolve no terreno e para o reforço do seu mandato universal.

As empresas

Na UNICEF acreditamos fortemente no poder e no impacto do sector privado na garantia dos direitos das crianças. Para nós constituem um elemento chave na concretização da nossa missão.

Como organização que depende inteiramente de contribuições voluntárias, o apoio do sector privado tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante e fundamental para a concretização da nossa missão.

A menos de uma década para alcançar a visão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a UNICEF acredita que, com o aumento do compromisso e acção, as empresas podem desempenhar um papel crucial no alcance dos ODS, em particular das metas em prol de todas as crianças e das gerações futuras, e num mundo em que nenhuma criança seja deixada para trás.



Os nossos parceiros

O ano de 2021 fica marcado pelo combate à pandemia de COVID-19, pelos efeitos das alterações climáticas e pelas crises migratórias, mas também pela perseverança humana face a todos os obstáculos.

Perante tantos desafios, os nossos parceiros corporativos não desistiram e continuaram a apoiar o trabalho da UNICEF. Num ano particularmente difícil para o mundo, os nossos parceiros mantiveram-se ao nosso lado. E, por isso, estamos muito gratos. Sem a sua extraordinária generosidade, seria muito mais difícil. As parcerias com a UNICEF podem ser de diferentes naturezas, mas o que as caracteriza é o grau de compromisso assumido para garantir a sustentabilidade dos programas da organização na resposta às crianças mais vulneráveis.



Parcerias nacionais e globais





Cartões de Natal

Os cartões de Boas Festas da UNICEF continuam a ser um produto procurado quer pelos nossos doadores, quer pelas empresas.

Joga pelas Crianças a favor da UNICEF

2021 foi um ano desafiante para todos, as limitações impostas pelo contexto pandémico, a nível social e económico, acabou por condicionar a actividade de todas as organizações e a levantar grandes dúvidas quanto ao futuro. Contudo, a esperança e optimismo com a vacina contra o COVID-19 levaram à convicção de que seria possível realizar o evento “Joga pelas crianças a favor da UNICEF”.

A iniciativa Joga pelas crianças a favor da UNICEF realizou-se no dia 5 de Setembro, no Estádio do Restelo, em Lisboa e contou com a presença de várias figuras públicas, celebridades e antigos jogadores de futebol.



Outros factos relevantes



Órgãos Sociais

Cumprido o último ano de mandato dos Órgãos Sociais, realizou-se a 12 de Julho de 2021 novo acto electivo.

No seguimento do acto eleitoral tomaram posse no dia 19 de Julho de 2021:

A mesa da Assembleia Geral composta por: José Luís Monteiro Pereira Seixas (Presidente), Helena Rebelo de Andrade (Vice-Presidente), Luís Miguel Guerreiro Félix António (Secretário).

Cessou funções Monique Geallad a quem aqui se deixa um sincero agradecimento pelos anos dedicados à causa da UNICEF.

O Conselho de Administração composto por: Amadeu Ferreira de Paiva (Presidente), Marta Maria de Moraes dos Santos Pais (Vice-Presidente) João Viegas Vilhete d'Abreu (Tesoureiro), Maria Joana de Oliveira Monteiro Ferreira Malaquias (Secretária), Sandra Sofia Lopes da Silva Oliveira Branco (Vogal), Maria Raquel Vargas Tavares Gonçalves Agostinho (Vogal), João Pedro Cabral Tavares (Vogal), Catarina Martins de Almeida Lopes (Vogal) e Beatriz Imperatori (Detectora Executiva), esta última por inerência da função (e sem voto).

O Comité Português para a UNICEF gostaria que ficasse registado o seu enorme agradecimento pela forma dedicada e marcante com que Maria Virgínia Brás Gomes e José Manuel de Moraes de Santos Pais, membros cessantes, se empenharam a ajudar esta casa durante todos os anos em que fizeram parte dos seus órgãos sociais.

O Conselho Fiscal composto por: Isabel Alexandra Mendes Alves Baltazar Lourenço Ortigão Bentes (Presidente), Adélia Rodrigues Madaleno Ribeiro Madaleno (Vogal) e Diogo Silva Lopes Pereira (Vogal).

Também a Jack Rebelo, membro cessante deste Órgão, e anterior membro do Conselho de Administração, deixa O Comité Português para a UNICEF o seu enorme apreço por toda a dedicação ao longo de tantos anos.

De referir que todos os membros dos órgãos Sociais actuam de forma voluntária não auferindo qualquer tipo de remuneração pelo desempenho das suas funções.

Pessoas & Talento

Na sua constante adaptação às novas formas de abordar os doadores e à necessidade crescente de responder a todas as solicitações feitas à UNICEF como principal especialista na Convenção dos Direitos da Criança, a UNICEF Portugal tem procurado adequar a sua equipa e os seus colaboradores ao cumprimento da sua missão.

No final de 2021 o quadro de pessoal contava com 22 colaboradores. Na sua nova composição foi reforçada a equipa de Recolha de Fundos e Parcerias com o recrutamento do responsável pela área dos doadores individuais (Eduardo Massa) e com a criação da função de acompanhamento e retenção de doadores (Patrícia Roque). Também a equipa de Políticas de Infância e Juventude viu aumentar os seus recursos com a contratação de uma nova coordenadora do Programa Cidades Amigas da Criança (Teresa Mota Capitão) e pela integração da antes estagiária e agora responsável (Mariana Farinha) para a área de monitorização de Políticas Públicas. 2021 contou ainda, na área de Educação pelos Direitos, com a participação da Educadora Raquel Oliveira, que ao abrigo da mobilidade estatutária de professores colmatou a licença de maternidade da responsável por esta área.

A preocupação permanente com o desenvolvimento, não só a nível de equipa mas também ao nível de cada um dos elementos que a compõem, foi a razão pela qual em 2021 se passou a contar com a ajuda especial da consultora de Recursos Humanos Sofia Martins, para a formalização de um programa estruturado de definição de objectivos individuais, de avaliação de desempenho e de planeamento de desenvolvimento pessoal, com o qual se procura encontrar o



equilíbrio adequado entre os objectivos do Comité Português para a UNICEF e as expectativas e ambições de cada um dos seus colaboradores.

Num ano mais uma vez especial, como consequência da Pandemia, a maior parte do trabalho foi desenvolvido remotamente, tendo os resultados sido excepcionais, e a equipa mantido a produtividade e a capacidade de resposta acrescida pelo contexto pandémico.

Novas instalações

Os trabalhos de remodelação do espaço adquirido para os novos escritórios, desenrolaram-se com os constrangimentos inerentes à pandemia do COVID-19, ainda assim foi possível efectuar a mudança definitiva para as novas instalações em Novembro de 2021.

Foram então dados os primeiros passos no sentido do desconfinamento, tendo sido estabelecidas escalas que permitissem a boa colaboração inter e entre departamentos. Essas escalas têm vindo a ser ajustadas de acordo com as recomendações da Direcção Geral de Saúde, e alargadas de forma a permitir um equilíbrio adequado entre um óptimo desenrolar das actividades e uma boa dinâmica familiar e individual para os colaboradores.



Estudo Universidade Nova De Lisboa| CEMS - *Community of European Management Schools*

Pelo quarto ano consecutivo, a UNICEF Portugal juntou-se ao programa de mestrado da Universidade Nova de Lisboa/CEMS - *Community of European Management Schools*, para em conjunto reflectir sobre questões organizacionais que melhorem o seu desempenho.

Este ano o projecto incidiu sobre o tema Data Management e Digital Transformation.

O projecto foi realizado durante o primeiro semestre pelos alunos Pascale Geissberger, Julius Tebrügge, Georgina Hope Szczepan e Andras Rostas, com a orientação da Prof. Lénia Mestrinho.

Este foi - uma vez mais - um importante projecto com contributos objectivos e claros para a organização. A reflexão conjunta realizada permitiu ganhar novas perspectivas e definir próximos passos para a adaptação da organização aos novos contextos e desafios trazidos pela transformação digital.



Resumo de Gestão



Resumo de Gestão

O valor total da receita bruta realizada pela UNICEF Portugal em 2021 totalizou 13 793 975 Euros, o que representa um acréscimo de 17% relativamente ao exercício anterior. Neste montante está incluído o valor de um subsídio concedido pela União Europeia para a implementação do Projeto "*Children as Champions for Change*" que este ano registou 31 080 Euros. A estes valores corresponde um total de custos operacionais de 3 828.238 Euros contra 3 708.506 Euros no exercício de 2021 (+3%).

Para este resultado contribuíram os donativos regulares assim como os donativos pontuais, como resposta aos apelos efectuados como o apelo à consignação dos 0.5% de IRS.

A restante receita de recolha de fundos diz respeito a parcerias e heranças.

No âmbito do Programa Cidades Amigas das Crianças da UNICEF, dirigido aos municípios para o desenvolvimento de estratégias e acções para a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), é assumido pelos municípios o pagamento de uma contribuição financeira à UNICEF Portugal, que garanta que durante o período de execução dos Programas, desde a elaboração do plano de acção à sua implementação, acompanhamento e avaliação, a mesma reúna os recursos necessários para a concretização deste Programa. Assim, durante o ano e 2021 foi recebido um total de 3.000 Euros provenientes de três municípios, Ponte de Sor, Guimarães e Póvoa do Lanhoso, que permitiram cobrir 10% dos custos incorridos pelo Comité Nacional com este programa durante o referido ano.

A UNICEF Portugal apoia ainda o programa de promoção do Aleitamento Materno, mantendo em funcionamento uma linha de atendimento telefónico permanente para Mães que procuram aconselhamento por parte de técnicos de saúde especializados, o que em 2021 se traduziu num custo para esta entidade de 1 089 Euros.

Os recursos obtidos pela UNICEF Portugal são ainda utilizados para financiar as intervenções em Portugal e o trabalho da UNICEF no mundo, influenciando políticas públicas e potenciando o alcance das suas iniciativas junto de decisores e doadores, públicos e privados.

Neste contexto, em 2021 há ainda a registar a participação do Comité Português para a UNICEF num consórcio com outros 6 Comités Nacionais para a UNICEF, que numa candidatura conjunta recebeu da União Europeia financiamento para a implementação de uma iniciativa de reforço no âmbito do Programa Educação para os Direitos. O referido projecto tem prevista um período de execução de dois anos, com início em março de 2021. Até dezembro deste ano foram já despendidos 31 080 Euros nestas actividades (22% do total do financiamento).

Dados Financeiros (resumo)



Dados financeiros (Resumo)

As receitas totais do Comité Português para a UNICEF, registadas em 2021, totalizaram 13 793 975 Euros, o que representa um aumento de 17% relativamente ao exercício anterior e um acréscimo de 22% face ao plano.

O montante de 31 080 Euros, recebido da União Europeia pela primeira vez em 2021, foi investido no programa de Educação para os Direitos da Criança, contribuindo assim para o impacto da actividade do Comité Português para a UNICEF junto das crianças portuguesas.

Repartição de custos

Neste exercício, os custos operacionais ascenderam a 3 828 238 Euros, o que representa uma subida de 3% em relação a 2020, uma diminuição de 2% face ao plano de 3 922 567 Euros.

A contribuição total para as crianças, que comporta não apenas a contribuição enviada para a UNICEF, mas também todo o investimento em actividades de Advocacy e de promoção dos Direitos da Criança, atingiu em 2021 os 80%. Os 2% que acrescem à contribuição financeira enviada para a UNICEF expressam o investimento feito nos programas para as crianças em Portugal.



Fundos enviados para a UNICEF

As receitas da UNICEF, provenientes de contribuições voluntárias de diversas fontes, classificam-se em “Recursos Regulares”, “Outros Recursos - Regulares” e “Outros Recursos - Emergências”.

Os “Recursos Regulares”, são aqueles que não têm restrições de alocação, sendo utilizados para financiar programas de desenvolvimento a médio e longo prazo e a estrutura de funcionamento da organização.

Os “Outros Recursos- Regulares” destinam-se a financiar programas específicos no âmbito das prioridades da UNICEF. Os “Outros Recursos - Emergências” apoiam a acção humanitária da UNICEF em situações de catástrofes naturais e conflitos.

Nesta lógica, os Comités Nacionais enviam para a UNICEF o resultado líquido das verbas angariadas expurgadas dos custos incorridos e de eventuais necessidades de investimento para a continuidade da sua actividade.

Contribuição	Plano 2021	2021 Real	2020 Real	Δ 2021/2020
Recursos Regulares (A)	6 761 879	7 277 778	6 361 573	14%
Outros Recursos - Regulares (B)	111 091	1 289 996	825 069	56%
Outros Recursos - Emergências (C)	471 223	1 114 949	773 406	44%
Total	7 344 193	9 682 723	7 960 048	22%

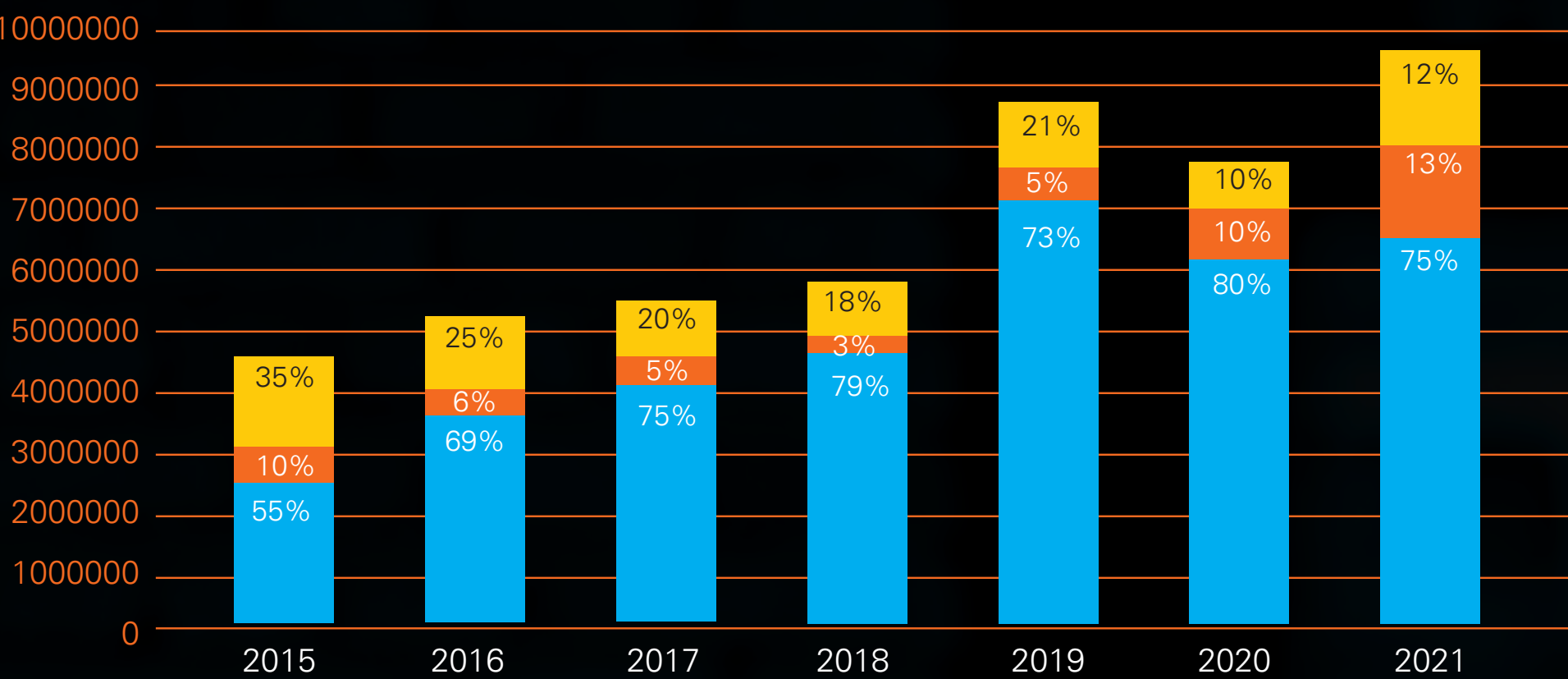
(Em EUR)

- (a) Nesta categoria incluem-se os montantes recebidos por parte dos Amigos da UNICEF e dos Associados de forma regular, e os donativos gerais para os programas da UNICEF.
- (b) Estes recursos compreendem não só os valores que ao abrigo de parcerias estabelecidas internacionalmente (multi-country alliances) foram alocados ao mercado português, como também o resultado dos apelos a favor dos Programas Globais de Imunização e de Nutrição e outro para o programa de solidariedade COVAX na vacinação contra o COVID-19.
- (c) Este ano Portugal apelou aos seus doadores para apoiarem a ajuda humanitária a favor das populações de Moçambique, Afeganistão, Índia e Haiti, bem como a ajuda aos refugiados na Europa durante os meses mais rigorosos do Inverno.



Fundos enviados para a UNICEF

Evolução da Contribuição para a UNICEF, 2015-2021



Anexos

Órgãos Sociais Comité Português para a UNICEF

Mandato 2021-2023

Mesa da Assembleia Geral

Presidente
José Luís Monteiro Pereira Seixas
Vice-presidente
Helena Rebelo de Andrade
Secretário
Luís Miguel Guerreiro Félix António

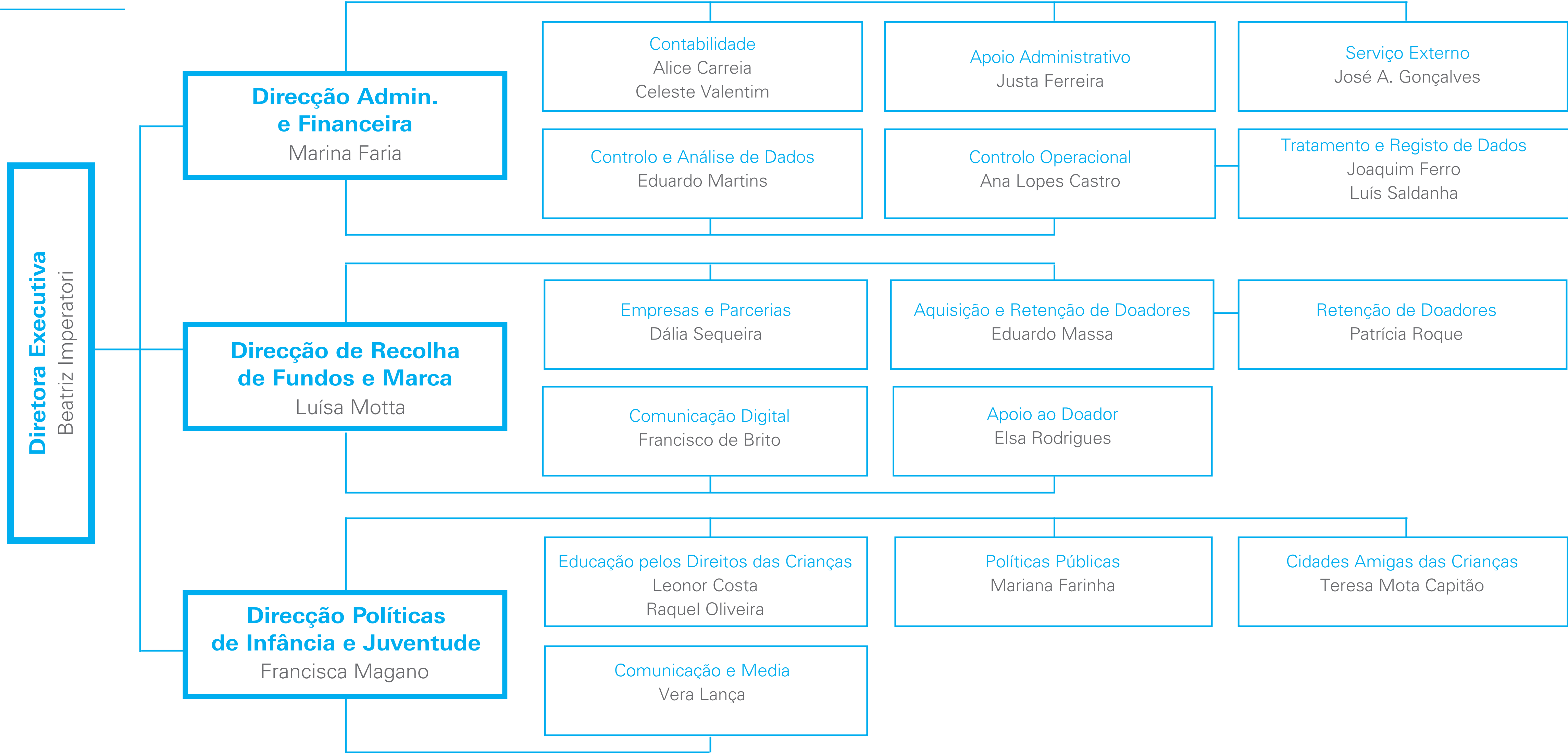
Conselho de Administração

Presidente
Amadeu Ferreira de Paiva
Vice-presidente
Marta Maria de Moraes dos Santos Pais
Tesoureiro
João Viegas Vilhete d’Abreu
Secretária
Maria Joana de Oliveira Monteiro Ferreira Malaquias
Vogais
Sandra Sofia Lopes da Silva Oliveira Branco
Maria Raquel Vargas Tavares Gonçalves Agostinho
João Pedro Cabral Tavares
Catarina Martins de Almeida Lopes
Directora Executiva
Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori

Conselho Fiscal

Presidente
Isabel Alexandra Mendes Alves Baltazar
Lourenço Ortigão Bentes
Vice-presidente
Adélia Rodrigues Madaleno Ribeiro
Secretário
Diogo Silva Lopes Pereira

Organigrama



Funções por Direcção

Direcção Financeira e Administrativa

- Garantir a operacionalidade diária do escritório, quer em termos de funcionalidade das instalações, quer em termos da racionalidade dos processos utilizados;
- Garantir o cumprimento legal e fiscal da actividade;
- Operacionalizar e dinamizar toda a área de recursos humanos e correspondentes obrigações legais e fiscais;
- Zelar pelo património da entidade, incluindo aquisições e alienações;
- Registrar de forma correcta e atempada todos os fundos angariados;
- Processar todo e qualquer pagamento a fornecedores ou transferência de fundos para a UNICEF, cumprindo prazos de pagamento e estimativas de envio de remessas;
- Agregar todo o processo de orçamentação e report da entidade quer em termos nacionais, quer em termos internacionais;
- Apoiar os outros departamentos no âmbito das suas funções;
- Ser o elo de ligação com serviços externalizados, como por exemplo a área de IT e a área legal;
- Manter a ligação do Comité Nacional à UNICEF internacional na sua área de actuação;
- Assessorar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal;
- Preparar e Acompanhar a Auditoria Externa e a Certificação Legal de Contas;
- Realizar o controlo de gestão dos vários departamentos.

Direcção de Recolha de Fundos e Marca

- Desenvolver estratégias com o objectivo de angariar fundos junto do sector privado para financiar os programas no terreno destinados às crianças;
- Promover os programas de aquisição e fidelização de doadores pontuais, de doadores regulares (Amigos da UNICEF) e o programa Heranças e Legados;
- Desenvolver, em conjunto com os outros departamentos, actividades que possam potenciar a aquisição de novos doadores;
- Planear, implementar e acompanhar todas as actividades de angariação e retenção de fundos em empresas, fundações, corporações e associações, assim como o desenvolvimento de parcerias;
- Garantir a presença da organização nos canais tradicionais – TV, Imprensa, Rádio, OOH – e digitais – Website, Facebook, Instagram e Twitter –, reforçando a proximidade com o público português e promovendo a angariação de fundos nestes meios digitais.

Funções por Direcção

Direcção de Políticas de Infância e Juventude

- Acompanhar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança pelo Estado português e influenciar a adopção de políticas públicas que promovam os Direitos da Criança;
- Sensibilizar o público em geral para os Direitos da Criança e a situação das crianças no mundo;
- Capacitar e apoiar entidades, públicas e privadas, na defesa e promoção dos Direitos da Criança, criando oportunidades para as crianças serem ouvidas e se desenvolverem de forma adequada;
- Promover a veiculação de matérias-chave para a actividade da UNICEF Portugal nos órgãos de comunicação social;
- Desenvolver acções e actividades de relevo para a promoção dos Direitos da Criança junto da sociedade civil e parceiros estratégicos.



Avenida Barbosa du Bocage 87 - 6º andar
1050-030 LISBOA
www.unicef.pt

unicef 

para todas as crianças